



## Experiences of afroreferenced plural bodies in the terreiro of Candomblé

## Vivências de corpos plurais afroreferenciadas no terreiro de Candomblé

## Experiencias de cuerpos plurales afroreferenciados en el terrero de Candomblé

Roseane Santos Mesquita<sup>1</sup> , Alfrancio Ferreira Dias<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

### Autor correspondente:

Aurea Roseane Santos Mesquita  
E-mail: rsmroseane@gmail.com

**Como citar:** Mesquita, R. S. (2022). Experiences of afroreferenced plural bodies in the terreiro of Candomblé. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 3(1), e13590. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks3113590>

### ABSTRACT

This text presents the discussion about different processes of discrimination along with plural bodies and their afro-referenced experiences present in terreiro of candomblé, where they actively resist with their existence and the plural position they assume politically and identity. In this sense, we demarcate the theoretical constructions in which bodies (transsexuals, transvestites, transgenders, women, blacks, mulattos, indigenous peoples) are activated according to their constitutive cultural, social and biological forms, according to feminist and decolonial theories, since these theoretical movements come from the daily practices carried out in the different colonized territories. In this way, as a major agenda, we contest the Eurocentric hegemony and defend freedom in its broad expression, according to the desire that each body has and is constituted, since the existence of these bodies educates us about the human and social values of cultural plurality and assumes the activist role of defending human rights in an anti-racist, anti-sexist and anti-homophobic campaign.

**Keywords:** Body. Right. Education.

### RESUMO

Este texto apresenta a discussão sobre diferentes processos de discriminação junto a corpos plurais e a suas vivências afroreferenciadas presentes nos terreiros de candomblé, onde resistem ativamente com sua existência e a posição plural que assumem política e identitariamente. Nesse sentido, demarcamos as construções teóricas em que os corpos (transexuais, travestis, transgêneros, mulheres, negros, mulatos, indígenas, ciganos) são acionados segundo suas formas culturais, sociais e biológicas constitutivas, conforme as teorias

feministas e decoloniais, uma vez que esses movimentos teóricos advêm das práticas cotidianas exercidas nos diferentes territórios colonizados. Dessa forma, como pauta maior, contestamos a hegemonia eurocêntrica e defendemos a liberdade em sua ampla expressão, segundo o desejo que cada corpo possui e se constitui, já que a existência desses corpos nos educa sobre os valores humanos e sociais de pluralidade cultural e assumem o papel ativista de defesa dos direitos humanos em uma campanha antirracista, antissexista e antihomofóbica.

**Palavras-chave:** Corpo. Direitos. Educação.

## RESUMEN

---

Este texto presenta la discusión sobre diferentes procesos de discriminación de los cuerpos plurales y sus vivencias afrodiferenciadas en terreros de candomblé, donde resisten activamente con su existencia y su posición plural que asumen política e identitariamente! En este sentido, demarcamos las construcciones teóricas en que sus cuerpos (transexuales, travestís transgéneros, mujeres, negros, mulatos, indígenas, gitanos). Se activan según sus formas constitutivas culturales, sociales y biológicas, según las teorías feministas y decoloniales, ya que estos movimientos teóricos provienen de prácticas cotidianas realizadas en los diferentes territorios colonizados. De esta forma, como agenda mayor, contestamos la hegemonía eurocéntrica y defendemos la libertad en su expresión amplia, según el deseo que cada cuerpo tiene y se constituye, ya que la existencia de estos cuerpos nos educa sobre los valores humanos y sociales de la pluralidad cultural y asume el papel activista de defensa de los derechos humanos en una campaña antirracista, antissexista y antihomofóbica.

**Palabras clave:** Cuerpo. Derechos. Educación.

## INTRODUÇÃO

---

A colonização, processo de silenciamento de milhões de vozes, o qual nos destrói de maneira avassaladora e multifacetada, está historiografada sobre os transportes de navios negreiros (sobre o Atlântico em direção à América Latina), que trasladavam corpos negros escravizados em seus porões. Ora “falada” de maneira silenciosa, ignorando a cultura do corpo que passa a estar presente nas ruas e nas esquinas das cidades após processo de liberdade registrada civilmente, ora em meio à oferta de uma condição de colonizado/subalternizado, ao dizer que está trazendo um modo de vida mais civilizado. Junto a esse preeminente processo de deturpação de valores culturais à existência dos corpos negros, outras roupas, outros cantos, outra língua foram suprimidos de maneira a invisibilizar um saber cultural, estigmatizado como “feitiçaria”, conforme valores de branquitude (Bethencourt, 2018).

Esse pensamento, a partir de processos de subalternização dos corpos, discutido por bases epistemológicas contra-hegemônicas, ancora-se nos debates travados pelos militantes e pelos professores empenhados nessa caminhada de reconhecimento da produção científica emergente da América Latina. Nesse sentido, a decolonialidade (Quijano, 2005), descrita como mote para estabelecer novas vozes questionadoras do saber imperativo e único da branquitude europeia, proporciona o entrelace das distintas esferas de poder, do saber e do ser, dentro das realidades territoriais de povos originários organizados em movimentos de ruptura da centralidade do conhecimento acadêmico, bem como da padronização de modelos gestores dos espaços políticos, sociais e educacionais.

Nesse viés, os grupos étnicos e religiosos, decompostos socialmente de maneira perversa a partir do processo de colonização, caminham, após 500 anos, sofrendo ataques. Contudo, ponderando as lutas sociais e seus avanços na reivindicação de direitos, os ataques são camuflados, objetivando estruturar campos de dominação para com as práticas cotidianas e com o saber científico, criando subterfúgios de acesso aos espaços nos modos de avaliação do saber, na normatização binária dos corpos e seu acesso aos locais públicos, ou até

mesmo os constrangimentos com olhares que fuzilam o corpo do outro, compreendendo que os gestos falam e repelem esses corpos de um processo de socialização ampliada.

Esse modelo imposto abarca o que deve ou não ser dito, como deve ser dito e a prática decorrente da premissa expressa. Sob essa ótica, as sociedades organizam-se em prol de seus objetivos, onde as unidades dos indivíduos predispõem a organização e a salvaguarda de costumes que os identificam. Dessa forma, este diálogo é recorrente de uma Autoetnografia (Calvas, 2012) que se consubstancia na investigação realizada junto à comunidade de terreiro *Abassá São Jorge*, situada em Aracaju/Se, a qual possibilitou a compreensão da educação praticada no terreiro de candomblé, a partir do processo de iniciação para o *Orixá*. Essa produção científica, então, rompe com os padrões hegemônicos de produção do conhecimento e dialoga, ao mesmo tempo, com a proposição de uma epistemologia emergente - que são os estudos decoloniais. (Mesquita, 2021).

Este encontro caminha, assim, pautando a interação das produções acadêmicas dentro da perspectiva de um território latino-americano, cuja existência local limitava-se a uma terra somente de exploração. Não há, desse modo, outra terminologia para elucidar o que os registros históricos chamam de descobrimento, a não ser genocídio das populações originárias e dos povos africanos trazidos para o território brasileiro na condição de corpos escravizados. Nesse sentido, os corpos são moldados segundo as normas de ser e de estar que lhes são conferidas hegemonicamente pelos colonizadores europeus, os quais se instituíram como descobridores de um novo território.

Diante desse cenário, nada de novo, nada de descobridores, apenas opressores que se apossam da terra, do território e dos corpos ocupantes desse espaço. A esses corpos são impostas normas, regras de como existir, de como sentir, de como viver e de como se relacionar, seja socialmente, seja sexualmente. Os corpos plurais os quais compõem as comunidades marginalizadas destacadas são corpos também subalternizados em diferentes esferas de sua constituição biológica e sociológica, marginalizados por não ocuparem os espaços políticos de poder econômico, cultural e educacional. Eles, no entanto, têm cor, gênero, raça, credo e etnia específicos. Essa organização societal é, assim, embasada pela interseccionalidade (Akotirene, 2019) de categorias que nos possibilitam compreender os atos de barbáries e a instituição de modos operantes de enfrentamento, como as guerras.

É hora de pensar como “arrumar” a terra e os indivíduos que foram massacrados durante a “guerra” da colonização, lutando pela posse de terra, pelo direito de ir e de vir sem violência policial, acesso às escolas e ao lugar ao sol que lhes é inerente. Todas essas rotas de fuga da opressão são também instâncias de reivindicação, contextualizadas no âmbito dos debates raciais. Esse debate, na visão deste estudo, é interseccional, pois o corpo possui raça, gênero, classe e tantos outros marcadores sociais que integram um corpo.

Tratando-se de marcadores interseccionais, somam-se às questões de raça as questões articuladas pelos movimentos feministas, concebidas internacionalmente pela luta de direito ao voto por mulheres estadunidenses (nomeadas de sufragistas) em assembleia no ano de 1848, mas que ultrapassa o viés do sexo biológico, ampliando a discussão para o gênero e para o uso dessa categoria de análise - pensada para que tantas outras formas de opressão sejam elucidadas pelo enfrentamento (Duarte, 2019). Para o desenvolvimento deste diálogo, pensam-se os corpos plurais, suas experiências afroreferenciadas e como o gênero se articula na condição de uma categoria para que seja possível compreender e responder aos ataques opressores contra as diferenças dos corpos - que se instituem a partir de sua cultura e dentro de regulações da ordem social. A utilização dessa terminologia, ao ser utilizada pelo movimento feminista para melhor discutir as relações sociais entre os sexos, reflete o quão é importante nos debruçarmos para compreender as formas relacionais e coibir as opressões instauradas.

Nas conjecturas da professora Joan Scott (2019), gênero é uma categoria que expressa sua utilidade linguística e discursivamente, evidenciando as diferentes representações que os corpos, em sua pluralidade, decidem configura-se com base em seu bem-estar. Ser homem ou

mulher, com mais cromossomos e gametas, é o que a biologia institui, mas que, por sua vez, não institui como eles vão se relacionar, ou apresentar os estereótipos para a sociedade. Isso porque, segundo o conjunto de normas sociais e a cultura vigente de cada território, o corpo assume suas distintas formas, em afinidade com o desejo da pessoa, que se expressa conforme a sua biologia. Para essa forma de ser e de estar, assume-se uma classificação como cisgênero e transgênero (Jesus, 2019). Os cisgêneros são aqueles que, em conformidade com a biologia, assumem o estereótipo consonante ao que está posto pelas normas sociais e culturais locais. Para os transgêneros, por outro lado, essa conformidade não permanece e é assumida de maneira expressiva em forma relacional, ou mesmo mudando biologicamente o sexo.

Distante da generidade, outras categorias são nomeadas com base nos afetos sexuais. Para aqueles que, em seu caráter relacional afetivo-sexual, atribuem a nomenclatura de heterossexual, as relações ocorrem seguindo a norma relacional de um sexo com o seu oposto. E, para o homossexual, a relação ocorre entre os mesmos sexos biológicos. Essas denominações, conforme estereótipos, na biologia e na afetividade sexual, sempre seguem o que culturalmente se construiu ao longo do tempo.

## **METODOLOGIA**

---

Como ponto de partida dessa empreitada, escrita e descrita para que se dialogue teoricamente sobre as vivências de corpos plurais afroreferenciados em terreiro, faz-se necessário assentar-se na produção da Autoetnografia experienciada na iniciação para os Orixás e seus processos educativos (Mesquita, 2021), ocorrente no terreiro *Abassá* São Jorge, situado na periferia da cidade de Aracaju/SE, o que gatilha as interpelações que passam a dialogar sobre a generificação dos corpos que estão presentes e conduzem as práticas culturais dentro dos terreiros de candomblé. Essa produção desvela-se nos descritos para com as evidências visuais e sensoriais da observação participante registradas em escritivências, resultando na análise que permite a continuidade do diálogo presente e as considerações acerca das questões de gênero envolvendo suas histórias de constituição das práticas educativas de terreiro.

Dessa maneira, os estudos decoloniais pautam uma lógica a qual fundamenta teoricamente a ação por parte dos corpos marginalizados socialmente, elencados segundo a categoria raça que Quijano (2005) apontou como uma categoria mental expressiva na modernidade, em detrimento da constituição da América. Seguindo esse referencial teórico, a autoetnografia (Calvas, 2019) possibilita, aos corpos, uma produção qualitativa de atos e de fatos decorrentes de uma experiência, conferindo, a essa unicidade, um processo e um produto consistentes, político e socialmente justos para com aqueles corpos integrantes de grupos excluídos historicamente frente aos processos civilizatórios opressores.

Nesse contexto e dentro da perspectiva etnográfica, posicionar-se de modo que, na busca pela compreensão e pela descrição dos contextos culturais, de acordo com a própria ambiência e vivência do pesquisador dentro dos diferentes espaços, possibilita um caminho metodológico de melhor e maior produtividade para com análises outras, posteriores à elucidação da produção efetuada. Essa implicação do pesquisador e a perspectiva da análise estabelece, à observação participante, a construção de um diário da memória através de técnica regente da escritivência para com a escrita, interseccionada pelos corpos que compõem e lideram as histórias da comunidade de terreiro e seu modo de existir.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Os aspectos reflexivos, trazidos em sequência, pautam o grau de conhecimento envolvendo os ritos, os toques, as rezas, as folhas utilizadas na ritualística, bem como o cuidado com a natureza pertinente à retirada dessa das matas, e alimentam a escrita do trabalho,

ressaltando a importância do indivíduo e sua relação histórica em ter vivenciado tal experiência, além do consequente impacto sobre a educação do cidadão em detrimento da sua emancipação.

O debate passa a ser um embate quando discutido contemporaneamente às genericidades desses corpos que compõem as comunidades de terreiro. As diferentes nomenclaturas para a pluralidade dos corpos e das sexualidades, como travestis, transgêneros, travestigeneres, gays, lésbicas, dentre tantos outros, ditos oficialmente nos escritos da ciência, ou nas evocações populares, são sugestivos e provocantes no rompimento das normas hegemônicas e tolhimento das individualidades e das expressões de bem viver e estar desses corpos. O que a esses corpos pauta-se como minoria populacional, segundo as normas heterossexuais e cisnormativas, compõe na verdade a maioria que sofre o silenciamento. Daí, distintas formas de opressão, incluindo a violência física e psíquica, ganham amplitude.

Para a professora Guacira Lopes Louro (2001), a construção identitária social e sexual, cronologicamente falando no século XIX, configura-se como invenções acionadas pelas relações homossexuais dos sujeitos. Essas relações, anteriormente tachadas como uma atividade indesejável e repugnante aos padrões sociais, contudo uma ação de fácil adesão, pois mobiliza os desejos que compõem os sujeitos, é o que os define e os nomeia nas condicionantes dos desvios das normas. A quais normas nos referimos ao sucumbirmos à falácia do discurso da família somente composta por um “homem” e uma “mulher”? Para tanto, o que é ser homem ou ser mulher? É aglutinar o desejo que os outros esperam que o sujeito tenha? É vestir saia ou calça? Enfim, é estar modelado segundo os padrões falseados de pureza e de caráter legítimo estipulado social e biologicamente? Essa leitura sobre os corpos são fragmentos de diferentes momentos históricos da luta social feminista, movimento que retrata o combate ao preconceito, modelado paulatinamente, pois se avoluma na defesa das diferentes pautas reivindicatórias de direito sobre o corpo e a liberdade dele em expressar seus diferentes desejos e subjetividades.

Um corpo é um abrigo, seja no campo biológico, seja no campo sociológico e até mesmo no campo da mística enquanto sagrado e profano. Biologicamente, o corpo é apenas um “conjunto de carne, ossos e outros elementos que formam um homem ou animal – o corpo de um homem/o corpo de um animal” [...] (Mattos, 2010. p. 209). Quanto ao campo sociológico, os autores May e Bauman (2010) discutem o corpo na condição social, conjecturando os desafios de viver e de viver bem, entrelaçando o corpo e como ele pode ser promotor de um bem ou mal-estar ao movermos com a sexualidade em suas distintas faces. O elemento corpo, nesse debate, implode algumas questões a pensar.

[...] A maneira como atuamos sobre nossos corpos e cuidamos de nós não é, naturalmente, um assunto que possa ter lugar em um vácuo social. Assim, no que diz respeito ao cuidado com o corpo, acontece da nossa sociedade ser particularmente exigente. Dado o grande volume de risco e incerteza no “mundo lá fora”, o corpo emerge como o que esperamos ser a última linha de defesa de nosso conjunto de trincheiras. Ele pode transformar-se em abrigo confiável, pois é um local que podemos controlar, permitindo-nos, assim, nos sentir seguros, protegidos contra aborrecimentos ou agressões. Dado o hábito de as partes supostamente mais estáveis e duráveis do “mundo lá fora” manterem em segredo todo tipo de surpresa – visando desaparecer sem deixar rastro ou mudar para o irreconhecível -, o corpo parece menos efêmero, o mais permanente componente vivo de nossas vidas. Apesar das grandes mudanças à nossa volta, ele estará sempre conosco! Se investimento, esforço e despesas trazem risco, isso pode ser reembolsado em nossos corpos e, similarmente, punido com nossa falta de cuidado e nossa negligência. Como resultado disso, grande peso repousa sobre os ombros do corpo, às vezes mais do que lhe é possível carregar (BAUMAN & MAY, 2010, p. 158).

Os corpos transexuais, travestis, transgêneros, elencados como cerne do nosso diálogo, também reverberam olhares, assim como as mulheres negras, mulheres ciganas, mulheres indígenas e tantos outros corpos que não estejam enquadrados nas normas eurocêntricas de sexo, gênero, raça e credo. Essa premissa está assentada nos debates promovidos pela teoria

feminista, que, em sua essência, suscita, a cada tempo, as ações de opressão, de preconceito e de sujeição, sofridas pelos corpos, cada um em seu território, elucidando suas diferenças e suas diversidades constitutivas para com as formas de existir.

Nessa esteira, em meados do século XIX, a Teoria *Queer* pluraliza intensamente as discussões sobre gênero, não somente como uma categoria investigativa, mas como um paradigma confeccionado com o objetivo de não mais dicotomizar os estudos feministas em suas abordagens, pautando somente a divisão sexual do biológico feminino e masculino. Uma teoria que possibilitou descortinar, dentro do campo científico da educação, uma política identitária em favorecimento do nosso compromisso ético e moral para com a sociedade que tanto preconiza a formação igualitária dos sujeitos.

Para Miskolci (2021), nesse sentido, a Teoria *Queer* possui um histórico o qual nos permite uma compreensão para com as lutas sociais e sua importância na organização e na discussão das diferenças que são naturais dos grupos sociais. O *Queer* surge na correlação à ordem sexual contemporânea e em associação à contracultura de alguns movimentos sociais da década de 1960. O autor destaca que:

Os três principais “novos” movimentos sociais foram o movimento pelos direitos civis da população negra do Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da chamada segunda onda e o então chamado movimento homossexual. Eles são chamados de novos movimentos sociais porque teriam surgido depois do conhecido movimento operário ou trabalhador, e porque trouxeram ao espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica. Na verdade, essa classificação foi feita *a posteriori*, tentando superar, com sucesso apenas parcial, uma perspectiva “economicista” que deixou de reconhecer a importância do feminismo desde sua primeira onda, na qual se constitui como movimento social muito antes, já em sua luta pelo direito ao voto e à educação para as mulheres ainda no século XIX. A visão de que esses movimentos eram “novos” também trai um olhar “eurocêntrico”, pois atribui caráter de vanguarda apenas ao movimento operário das sociedades industriais do Ocidente, ignorando o movimento abolicionista que lutou pela libertação dos escravos um século antes, sobretudo em países como o Brasil e os Estados Unidos (Miskolci, 2021, p. 21).

Para Judite Butlher (2017), o gênero não deve ser ocasionalmente entendido como um elemento cultural colaborando com um sexo que foi previamente estipulado, ou melhor, moldado como um marceneiro esculpe um móvel para guardar roupas dentro de um quarto. Nesse viés, há sempre um guardado para engendrar algo.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Ressalta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (Butlher, 2017, p. 27).

O gênero é pulsante e convoca, no exercício da cidadania e no princípio da coletividade, a repensar a própria condição de protagonista do sujeito, na luta de combate às diferentes formas de opressão junto aos corpos plurais. Um convocar com sonoridade imperativa, que, para além dos espaços de sociabilidade coletiva (escolas, praças, praias etc), ressoa intensamente a partir das relações sociais estruturantes e interpelativas dentro das sociedades

e seus avanços e/ou retrocessos políticos que são instaurados conforme as políticas públicas de governo e estado.

Segundo a historiografia contada sob as lentes de Sueli Carneiro (2011), a formação étnico-racial brasileira revela uma colcha de retalhos tecida segundo o processo de colonização multifacetária, alicerçado na dominação de colonizadores e na roupagem hegemônica de um poder ditatorial de regras que passam a imperar junto às comunidades presentes no território brasileiro, tratadas invisivelmente em sua existência, com negação de seus costumes e tradição, imputando-lhes uma nova linguagem que, por sua vez, regerá a comunicação entre os povos originários. Essa ruptura conduz à guerra, no exercício de recompor as identidades preeminentes ao território, assim como usaram o ferro e o aço para as espadas, untadas de força, utilizando o fogo para moldar um instrumento que *Ogum* permite lutar.

A coletividade vivenciada no candomblé, consubstanciada na ancestralidade que lhe é peculiar, é ressignificada através da sabedoria ancestral afroreferenciada em solo brasileiro, que adorna e fomenta o cenário do cotidiano de corpos plurais configurados. Essa relação social possibilita o debate para demonstrar como os corpos estão aliados indistintamente nas práticas e ritualísticas do terreiro, o qual evidencia modos de ser de estar no mundo. Para que ocorram rupturas no padrão hegemônico de confecção das relações sociais e de produção acadêmica, que realizam diagnósticos e leituras dos problemas vigentes nas sociedades, nas construções de suas investigações e na proposição de melhoria para as políticas públicas, entende-se a necessidade de rever os paradigmas que versam sobre os pensamentos, metodologias e métodos de investigação que excluem povos colonizadores na condição de promotores dessas discussões emergentes.

Para além dessa promoção, a extensão das produções e sua internacionalização com os territórios, que possuem características congruentes ao processo de colonização imposto, reverbera de maneira a salientar e respaldar essas novas produções em detrimento da contramão da produção hegemônica e eurocentrada do conhecimento.

## CONCLUSÃO

---

Imprescindível como é caracterizado o diálogo proposto sobre os corpos e como estão sendo respeitados em suas características intrínsecas ao próprio desejo de ser e de estar no mundo. As implicações para com o gênero e as diferentes formas relacionais em seu sexo e afetividade devem estar postas e livremente respeitadas a partir de uma ideia central de antissexismo, de antirracismo e de valores não hegemônicos eurocêntricos.

O debate em curso visa provocar rupturas frente à construção de uma educação que inclua, em seus currículos formais, a existência de outras práticas educativas experienciadas por diferentes povos culturalmente presentes nos territórios. Esses territórios coadunam saberes e conhecimentos que proporcionam cientificamente, a partir de um olhar não hegemônico de produção da ciência, a construção de novos caminhos epistemológicos, cujos estudos revelam a fala de povos silenciados e invisibilizados ao longo da história e de produção da ciência.

O compromisso ético e social de produção da ciência aqui apontado transpassa o papel, as letras, as técnicas e as normas acadêmicas vigentes. Propõe o olhar para a invisibilidade dos corpos que aliançam e produzem, em seus modos de existir, letras a serem descritas, técnicas que envolvem modos diferentes e diversos de relatar e analisar atos e fatos, além de técnicas emergentes desses corpos históricos em movimento.

**AGRADECIMENTOS:** Não aplicável.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Roseane Santos Mesquita: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Alfrancio Ferreira

Dias: revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. In: Ribeiro, D. *Feminismos Plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Asante, M. (2009) “Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar”. In: Nascimento, E. L. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, p. 93- 110.
- Bauman, Z., & May, T. (2021). *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bento, B. (2017). *A reinvenção do corpo*. Salvador/BA. Editora Devires.
- Bethencourt, F. (2018). *Racismos: Das cruzadas ao século XX*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Butlher, J. (2021). *Problemas de Gênero e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calva, S. M. B. (2019) *Autoetnografía Una metodología cualitativa*. Universidad Autónoma de Aguascalientes – México.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Duarte, C. L. (2019). *Feminismo: Uma história a ser contada*. In: Hollanda, H. B.(org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p. 25-48.
- Evaristo, C. (2017). *Becos da memória*. Pallas Editora.
- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor.
- Louro, G. L. (2021). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Macedo, R. S. (2012). *A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação*. Brasília: Liber Livro.
- Mesquita, R. S. (2021). *Uma Autoetnografia experienciada na iniciação para o Orixá e seus processos educativos*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe São Cristovão, SE, Brasil.
- Mignolo, W. (2008). *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. *Cadernos de Letras da UFF*, 34, 287-324.
- Miskolci, R. (2021). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica: Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP.
- Quijano, A. (2000). *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- Scott, J. (2019). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, p. 49-81.

**Recebido:** 13 de março de 2022 | **Aceito:** 2 de maio de 2022 | **Publicado:** 16 de maio de 2022



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.